

- Manuel Pinto
Braga (Portugal)

A busca da comunicação na sociedade multi-ecrãs: perspectiva ecológica

The search for communication in a multi-screen society: an ecology point of view

Este texto reflexiona sobre una nueva forma de concebir la televisión como servicio público, resaltando las dificultades y problemas que plantea analizar el concepto de la calidad de la televisión, si no se tiene en cuenta la dimensión emotiva y de entretenimiento del medio. Posteriormente, el autor pretende ubicar la televisión en el contexto de la multiplicidad de otras pantallas y tecnologías, subrayando las cuestiones del sentido y de la calidad de vida, desde un modelo ecológico. Finalmente, se apuntan algunas contribuciones para profundizar el concepto y las experiencias de alfabetización digital.

This paper presents new aspects to think about public service broadcasting, emphasizing the role of emotion and entertainment to the understanding of the television experience. Television is discussed in the context of the «multi-screen society» and technological devices, from an ecological point of view. Finally, several aspects dealing with digital literacy are discussed.

DESCRIPTORES/KEY WORDS

Televisión, cibercultura, tecnología, ecología de la comunicación, alfabetización digital.
Television, cyberculture, technology, communication ecology, digital literacy.

Deixem-me começar por contar um pequeno episódio pessoal. Há um pouco mais de dez anos, estava eu a aguardar

a discussão da minha tese de doutoramento sobre a televisão na vida quotidiana das crianças, quando me iniciei na descoberta e exploração da Internet.

Recorrendo ao browser que estava então na moda, o Netscape, e ao software Eudora, que utilizava para o correio electrónico, rapidamente me dei conta da novidade radical que estava a desenhar-se neste nosso mundo. Eu, que tinha feito boa parte da investigação apoiado numa bibliografia que era escassa no contexto em que me movimentava, descobria, de um momento para o outro, e a um ritmo quase alucinante, a pletora de novas fontes, a facilidade das trocas, a

♦ Manuel Pinto es profesor de la Universidade do Minho y director del Máster de Comunicación y Educación de dicha Universidad (Braga, Portugal) (mpinto@ics.uminho.pt).

velocidade dos contactos e a eliminação de fronteiras de vários tipos. Num ápice ia desabando uma certa ordem espaço-temporal, para emergir, com todas as suas potencialidades, o espaço-tempo virtual, feito de redes e da multiplicação de pontos que, com relativa facilidade, se tornavam produtores e receptores de informação.

Recordo bem que, algo deslumbrado pela multiplicidade de portas que me parecia se estavam assim a abrir, se me foi desenhado um mal-estar que, por momentos se converteu em angústia, e que poderia traduzir-se no seguinte: teria eu gasto três anos da minha vida a estudar um meio que, num prazo relativamente curto, iria desaparecer, submerso pelos efeitos avassaladores da Internet?

Relato este episódio para sublinhar o significado de, dez anos depois da explosão do fenómeno Internet, um congresso promovido por um dos mais dinâmicos colectivos sobre Comunicação e Educação da cena internacional, ter escolhido precisamente a televisão e a qualidade para tema de estudo e de debate. É que, apesar das mudanças a que temos, entretanto, assistido, o meio televisivo mantém uma centralidade notória, particularmente enquanto instituição e instrumento social de entretenimento.

A história da difusão das tecnologias de comunicação e informação ensina-nos que um novo meio não desaloja os meios existentes, antes conquista o seu próprio espaço, levando à recomposição dos papeis relativos dos restantes. Com a Web e a Internet acontece, porém, que nós não estamos simplesmente perante a emergência de um novo meio de comunicação, mas também de um ambiente que abarca e conjuga lógicas diversas.

Torna-se, assim, claro que a minha angústia de há dez anos, a que atrás aludia, em certo sentido não tinha razão de ser. Mas, por outro lado, justificava-se, dado que era a vaga intuição de que estava em presença de algo de intrinsecamente novo.

A dez anos de distância, poderemos dizer que tudo mudou. Ao mesmo tempo, se olharmos para além da «espuma dos dias» e procurarmos pelas respostas às questões fundamentais da existência, poderemos igualmente dizer que, no essencial, não avançámos muito. Na melhor das hipóteses, reconheceremos dispor de uma gama mais diversificada de tecnologias, o que, por si só, não assegura o cumprimento das promessas que elas normalmente arrastam consigo. Não se estranhe, por isso, que este texto, partindo da temática central deste congresso, procure recolocar questões menos conjunturais, porventura menos na moda, mas que eu creio serem cada vez mais vitais e decisivas.

No quadro dos limites de uma intervenção deste tipo, começarei por relacionar o conceito de qualidade em televisão com a importância do serviço público. Reflectirei, a seguir, sobre a necessidade de requalificar o tema do entretenimento e de valorizar a dimensão emocional, para podermos entender a complexidade e centralidade do meio e da experiência televisivas. Termino com um contributo para uma abordagem ecológica da comunicação e dos media, identificando algumas vertentes que poderão contribuir para relançar e aprofundar as experiências de educação para os media no espaço luso-espanhol.

1. A qualidade em televisão – conceito sempre dependente de sistemas de valores e interesses específicos – deverá ser vista menos como o resultado de uma definição pré-estabelecida e acabada e mais como um processo por natureza aberto, em que terão de intervir os responsáveis dos media, os criadores dos produtos televisivos e os telespectadores (Charo, 2000). Em todo o caso, ela parece ser inseparável da diversidade da oferta (vertical e horizontal), das condições de exercício do profissionalismo, da liberdade editorial e de programação e da efectivação de processos de accountability e de escrutínio público.

Enquanto processo não apenas dependente da lógica mediática, mas das exigências e interesses dos actores e grupos sociais, a qualidade entronca no cerne da função social da televisão e, conseqüentemente, da dimensão de serviço público, que não pode ser apátnio apenas dos operadores públicos. Apesar da crise que afecta o conceito de serviço público de televisão, entendo que dificilmente poderemos equacionar o problema da qualidade sem ter em conta essa dimensão.

Nas actuais circunstâncias faz sentido continuar a defender a existência de um serviço público de televisão autónomo do poder político e não enfeudado a uma lógica mercantil. Apesar das evoluções no plano das ofertas e apesar das mutações no terreno dos usos e das práticas socioculturais, a sua existência constitui um factor que potencia a qualidade. Desde logo porque instaura uma oferta desejavelmente diferenciada, ainda que insuficientemente posta em prática; porque convoca a corresponsabilidade dos cidadãos, os quais se sentirão perante ele mais exigentes; e porque torna possível pensar e pôr em prática novas modalidades de participação.

Observe-se, contudo, que a televisão de serviço público se diferencia como realidade específica, quando e na medida em que se assume como uma instituição da sociedade, agindo em estreita relação com as

restantes instituições, vocacionada para lhes dar vez e voz, sem estar condicionada pelas exigências do sucesso, embora também não as enfeitando. É nesta relação de horizontalidade, dando corpo a um projecto de acção comunicativa de natureza mais interactiva, que vemos emergir o sentido da existência de um operador televisivo actuando em nome da comunidade e ao seu serviço.

Não basta, pois, a titularidade pública de um operador, a independência da sua acção e a definição de um certo tipo de conteúdos para que o canal ou canais assim operados se distingam de forma significativa dos operadores privados. Importa fazer dos média e, em particular da televisão, instâncias onde a participação e o escrutínio também se exercem. Impõe-se, assim, que, para enriquecer e aprofundar a vida democrática, a entidade pública de televisão defina e concretize um outro modo de estar presente na sociedade, explorando modalidades de comunicação que abram as portas às instituições, grupos e organizações da sociedade civil, às suas iniciativas, preocupações e situações. Isto é, que torne a televisão pública uma verdadeira televisão dos cidadãos (Pinto, 2005).

2. Neste contexto, seja-me permitido sublinhar um ponto que carece de análise e investigação, visto ser central na compreensão do papel da televisão nas nossas sociedades. Refiro-me à função de entretenimento e à relação desta dimensão com o problema da qualidade. O projecto cultural atribuído à televisão desde os seus princípios plasmava-se, como bem sabemos, na trilogia informação-cultura-divertimento. Ainda hoje, as legislações nacionais e os normativos transnacionais continuam a enfatizar esta tríplice vertente. Mas desde o início, não poucos equívocos se geraram, na medida em que agentes culturais e políticos alimentaram, relativamente a ela, o sonho de uma «escola paralela» que complementar, repercutiria e ampliaria a escolarização formal, porventura de forma mais interessante, contribuindo, dessa forma, para a promoção cultural das populações.

A difícil convivência da intelectualidade e dos agentes educativos com a televisão assenta na incompreensão ou mesmo na não aceitação dos caminhos

prevalecentes e, nas últimas décadas, hegemónicos, percorridos por este meio, cada vez mais distantes do paradigma escolar ou educativo. Este desencanto com a banalização da TV, com a sua inscrição no tecido e nas rotinas da vida quotidiana, combina-se, em algumas situações, com um síndrome de perda (Pinto, 2000) que se pode caracterizar como nostalgia de um tempo passado (e mitificado), ao qual se atribuem propriedades (de encontro, convivência, diálogo) que televisão teria contribuído para aniquilar.

A verdade é que o entretenimento se tornou a imagem de marca e o factor de identidade da televisão, que a comercialização crescente só veio exacerbar. Para os nostálgicos da televisão como «grande educadora das massas» e como «promessa de promoção e desenvolvimento cultural», o saldo não podia ter sido mais desapontador.

Seja como for, a situação a que chegámos também não é satisfatória. Sobretudo porque – e este é o ponto que pretendo enfatizar – pode assentar não apenas

Impõe-se, assim, que, para enriquecer e aprofundar a vida democrática, a entidade pública de televisão defina e concretize um outro modo de estar presente na sociedade, explorando modalidades de comunicação que abram as portas às instituições, grupos e organizações da sociedade civil, às suas iniciativas, preocupações e situações. Isto é, que torne a televisão pública uma verdadeira televisão dos cidadãos

num equívoco sobre a natureza e função do meio televisivo, mas também na incapacidade de valorizar o entretenimento. Tomado como mera diversão ou distração, o entretenimento facilmente se converte em matéria menor e desinteressante, agente de alienação dos indivíduos, factor de adormecimento colectivo, em suma, uma versão contemporânea do velho «ópio do povo», tematizado por Karl Marx.

Ora ao associar-se entretenimento a subproduto culturalmente degradado ou, mais ainda, a alienação social e política está-se a desqualificar e a ilegítimar culturalmente uma realidade complexa e vital da experiência humana, em lugar de procurar analisá-la e

compreender a sua relação com os telespectadores (cf. Blakley, 2001). É, no mínimo, problemático analisar e definir critérios operativos com vista à promoção da qualidade em televisão sem ter em conta esta vertente do problema.

Algo de aproximado se pode dizer das emoções. Como tem sublinhado Joan Ferrés (2003), um investigador catalão que se tem debruçado sobre esta matéria, «a televisão é o reino da emoção». Quase tudo nela trabalha, massaja e espavita o emocional: os signos visuais, formas, cores, sons e movimentos. A participação vicariante, os processos e mecanismos de identificação e de projecção que levam os telespectadores à imersão numa dada história e que resultam daquilo que Samuel Coleridge designou por «suspensão voluntária da incredulidade» operam frequentemente ao nível subconsciente ou mesmo do inconsciente.

Com modelos teóricos que valorizam as dimensões lógica e racional e se traduzem em abordagens analíticas e críticas, não é de estranhar que escapem dimensões essenciais do fenómeno e da experiência televisivos, nas abordagens correntes que deles são desenvolvidos.

Tendo em consideração o que acabo de enunciar, a propósito da (des)valorização do divertimento e do acolhimento da dimensão emocional, a pergunta que emerge, neste nosso contexto, é a de avaliar as consequências que tudo isto comporta para a questão da qualidade.

Encontramos aqui um vasto campo que carece de mais atenção e que exige mais investimento no plano da investigação. As transformações que o meio televisivo vem conhecendo tornam, de resto, essa questão ainda mais relevante. A digitalização facilita a multiplicação do número de canais e o alargamento do leque das temáticas, sem que tal implique, por ora, uma redução significativa do peso dos canais generalistas de massas. Mas, com a combinação com diversos periféricos, o aparelho receptor foi adaptado ao papel de ecrã de cine-vídeo, primeiro, de monitor de jogos, depois, e mais recentemente, de plataforma para o visionamento de DVD. Ao mesmo tempo, o computador pessoal, além das suas funções mais comuns, converteu-se num terminal ou ponto de uma rede global, permitindo o acesso aos media tradicionais e a novos media, acesso e gestão a música, jogos, bases de dados, etc.

Com estas novas possibilidades, a que a banda larga e o wifi vieram dar outra dimensão, altera-se igualmente a noção dos espaços de utilização. Ao lado do espaço doméstico ou do local de trabalho, voltam à cena os salões de jogos e, sobretudo, os cibercafés, locais de encontro e de convívio e pontos de ligação à rede.

A par deste fenómeno, e indissociável dele, não podemos deixar de olhar com atenção para outros media e outros suportes em que o ecrã constitui a porta de contacto com o mundo. O caso das máquinas fotovideográficas digitais é exemplificativo. Mas mais ainda o será o dos telefones celulares, que representa, para as telecomunicações o que o transistor representou, na segunda metade do século passado para a rádio, só que com uma polivalência e multifuncionalidade que não param de crescer, tendendo a abarcar as próprias emissões de televisão.

3. Considero que, num contexto de multiplicação das ofertas e das possibilidades, de crescimento exponencial dos dados e da informação, se torna decisivo não perder de vista o que é essencial e o que é secundário, o que é do plano dos instrumentos e das ferramentas e o que é do âmbito dos objectivos e das finalidades e dos caminhos para avançar para eles.

É frequente ver associar-se a interrogação sobre os desenvolvimentos tecnológicos e sobre a cibercultura a atitudes tecnofóbicas e à resistência à mudança. Como se estivéssemos fatalmente condenados à contraposição maniqueia entre tecnófilos e tecnófobos, entre o paraíso próximo e o pesadelo orwelliano, entre o canto da sereia e o pio da coruja.

Pelo contrário, considero ser absolutamente vital conquistar e expandir uma via que reconheça e valorize as novas formas de cultura e os novos modos de viver e de agir que se estão a gerar, mas que não sacrifique, no altar da inovação compulsiva e frenética, a busca incessante do sentido e da qualidade de vida. Seria a procura de espaço para uma espécie de «terceira via» de natureza cultural que possibilite rasgar horizontes a uma nova inteligência do mundo e da vida, capaz de intervir no local, mas com uma compreensão e uma visão global.

E a busca do sentido passa por incluir e alimentar, na agenda permanente das ocupações e preocupações, a simplicidade de perguntas como estas:

- Em que medida, ou mediante que requisitos e condições as tecnologias da informação e comunicação nos podem tornar mais felizes e solidários?
- Que oportunidades e possibilidades trazem as TIC à vida individual, do grupo, da sociedade em geral? De que modo estão a ser aproveitadas e o que dificulta ou bloqueia esse aproveitamento?
- Que possibilidades abrem as TIC ao encontro das pessoas consigo mesmas e com os outros?
- De que forma estão as TIC a ser utilizadas para a construção de um meio ambiente simbólico pautado pela qualidade e pela diversidade?

São perguntas básicas, quase ingénuas, estas. Mas é necessário ter presente que as tecnologias, por informadoras que sejam dos novos modos de viver e de conviver, não perdem a sua natureza instrumental. A sua implantação e influência exerce-se num complexo jogo social, habitado por paradoxos e contradições. Sublinho alguns:

A agitação febril dos tempos que correm, alimentada e acicatada por um consumismo já desligado das reais necessidades das pessoas, gera, no seu interior, a sede do silêncio e do distanciamento - ou seja, a necessidade do corte com as rotinas do dia-a-dia.

O espanto do ruído e o espectáculo encandeador das luzes da paisagem exterior não conseguem ofuscar a busca da tranquilidade e da luminosidade interior, que advém da contemplação e do gozo.

A comunicação total que, como mito perpassa os discursos da tecnologia e dos media, com a sua ilusão de transparência, de imediatismo e de instantaneidade, confronta-se em permanência com a experiência da incomunicação e da solidão.

A propalada aldeia global em que a parafernália de redes e de dispositivos tecnológicos aparentemente converteu o mundo debate-se com o crescente gap informacional, não apenas no plano do acesso, mas igualmente no do usufruto.

Não se trata, porém, de contrapor a uma determinada «ordem» social e cultural uma outra ordem. É necessário, antes, sustentar a multipolaridade dos caminhos de busca de sentido e defender a inscrição da tensão entre os dois pólos como uma salvaguarda vital a uma ecologia da comunicação.

A tensão é o contrário da anomia ou do mainstream. É crítica, porque resulta da (ou instaura a) crise. Interroga. Toma o que se passa não como dado ou fatalidade, mas como convocação ou provocação.

4. Do que fica dito resulta que a multiplicidade e multiplicação de ecrãs e, sobretudo, os mundos a que esses ecrãs dão acesso ou dos quais são o ponto terminal, carecem de ser confrontados e contrastados com a globalidade da vida humana e social. Carecem de ser entendidos como instrumentos e agentes de um ecossistema global mais vasto.

Esta perspectiva ou concepção ecológica da comunicação e dos media parece ser, na actualidade, um caminho que vale a pena ser percorrido e explorado. Desde logo porque não faz sentido que os media, configurando uma instância tão pregnante e decisiva na produção e na construção do ambiente simbólico à escala planetária, sejam estudados e abordados de um modo desintegrado. Por outro lado, não faz também

sentido que sejam deixados à margem das preocupações ambientais, como se o campo do simbólico não fosse tão decisivo para a qualidade de vida do planeta e das sociedades como os ecossistemas naturais e humanos. Adotar este paradigma ecológico supõe abrir espaço a um entendimento das práticas comunicativas não apenas na sua vertente informativa e transmissiva, mas igualmente na sua vertente relacional, dialógica e vinculadora.

São várias as implicações que daqui decorrem. Sublinharei em particular aqueles aspectos mais directamente relacionados com a educação para os media, entendida como formação para a cidadania.

Cabe, em primeiro lugar, chamar a atenção para o facto de o conceito de formação e de aprendizagem estar, cada vez menos, associado a um espaço institucional específico (a escola) e a um tempo próprio (o da infância e juventude). Estamos a assistir àquilo a que Joel de Rosnay chamou «hibridação dos modos de acesso ao conhecimento e diversificação dos actores no ensino». Quer a hibridação quer a diversificação podem ser aspectos com potencialidades. Mas nunca se poderá esquecer que «a educação permanece fundamentalmente como uma interacção entre pessoas». Ter presente este ponto é capital, num tempo em que os arautos dos efeitos demiúrgicos das máquinas não se cansam de anunciar cenários em que os aprendizes mais parecem os habitantes agrilhoados da caverna de Platão. Importa que, num cenário e numa cultura do digital, a aprendizagem não se converta num saltitar tonto de sítio em sítio, num petiscar de elementos sem a perspectiva de um todo, numa acumulação de informação mais ou menos insignificante ou inútil, num sacrificar do sentido à forma e ao design. Numa cultura marcada pela aceleração e pela velocidade, pela profusão de estímulos e multiplicação das possibilidades de trajectórias, é necessário trabalhar, desde cedo e em permanência, dimensões como: o sentido (finalidades, objectivos, alcance) das aprendizagens, tendo em conta os projectos próprios e o destino comum a memória (os percursos feitos antes de nós e por nós) criando uma maior espessura temporal; os «mapas e bússolas» que ajudam a situar, referenciar, planear e orientar trajectos (Delors, 1996). O que há que acautelar a todo o custo é que a educação não se converta num percurso errático, num vaguear sem rumo nem sentido ou, então, numa divagação pré-formatada por caminhos pré-estabelecidos. A dimensão da interioridade (ou da interiorização), que carece ora do silêncio activo, nuns momentos, ora da troca implícita no ouvir e no falar não poderá deixar de acompanhar este processo.

5. Uma outra dimensão a que vale a pena dedicar atenção diz respeito às possibilidades abertas pelos novos media digitais, nomeadamente aqueles que se constituem ou são aproveitados como «empowerment tools» dos cidadãos.

Vistos da perspectiva da promoção de sujeitos autónomos, solidários e críticos, meios como os weblogs, os foruns, os wikis, os RSS¹, os ipod, os VolP² e certamente os telemóveis, cada vez mais polivalentes e multifuncionais, podem constituir –e de facto estão já a constituir– ferramentas e oportunidades em iniciativas e projectos de criação, descoberta e participação³.

Mas, de novo, assim como a inovação não acontece por haver computadores e acesso de banda larga à Internet que acontece a inovação, também não é por se recorrer àquelas novas ferramentas que a inovação acontece. Embora a lógica destes meios seja, conforme os casos, P2P (peer-to-peer, se quisermos, pessoa-a-pessoa) ou de redes sociais, torna-se necessário, para implementar aquilo que as ferramentas possibilitam, actos de vontade e de iniciativa dos actores sociais.

Nomeadamente os weblogs têm-se vindo a afirmar não apenas como oportunidade de concepção, produção e difusão «planetária» de meios de comunicação ao alcance dos cidadãos, mas também como instâncias de escrutínio e seguimento crítico dos media tradicionais, dessa forma contribuindo para o aprofundamento da democracia e da cidadania também nesse terreno.

É, pois, com este pano de fundo de uma orientação ecológica na abordagem da comunicação e da tecnologia; do trabalho em torno dos mapas e das bússolas orientadoras dos percursos num universo de profusão caótica e magmática das ofertas; e do recurso intencional e criativo às novas ferramentas potenciadoras da iniciativa das pessoas que entendo que se pode continuar a aprofundar a teoria e a prática daquilo que começa a ser designado por alfabetização ou literacia digital⁴.

Uma consequência desta orientação é que o próprio universo das tecnologias –novas ou antigas– tem de ser convertido em objecto de análise e de estudo, para desse modo contrariar os efeitos de naturalização ou de neutralidade que inquinam os discursos e as prá-

ticas do respectivo uso. A génese, contexto de emergência e processo de difusão dessas tecnologias; o seu impacte sociocultural; as modalidades de apropriação social; as lógicas políticas e mercantis associadas; as desigualdades no respectivo acesso e usufruto; os modos e contextos de utilização e os discursos sociais sobre as tecnologias – eis alguns dos aspectos que carecem de ser examinados, tendo em mente o carácter instrumental das tecnologias para a vida humana e social.

Notas

¹ Real Simple Syndication ou agregadores seleccionados de fontes informativas.

² Voice over Internet Protocol ou a possibilidade de conversar e comunicar através da Internet.

³ O caso dos weblogs, que tenho utilizado, desde há três anos, como ambiente e instrumento de ensino e aprendizagem na Universidade, é, deste ponto de vista, de um alcance inegável, permitindo o acesso à palavra e à expressão individuais e de grupo e a criação e alimentação de redes de natureza vária.

⁴ Para uma discussão destes conceitos, ver, nomeadamente Alfonso Gutiérrez Martín (2002) e José Manuel Pérez Tornero (2004).

Referências

- BLAKLEY, J. (2001): *Entertainment goes global: mass culture in a transforming world*. Lear Center Entertainment Goes Global Project/USC Annenberg School for Communication (<http://learcenter.org/pdf/EntGlobal.pdf>) (10-08-05).
- DELORS, J. (Coord.) (1996): *L'éducation: un trésor est caché dedans*. Paris, UNESCO/Odile Jacob; 91.
- FERRÉS, J. (2003) «Educación en medios y competencia emocional», in *Revista Iberoamericana de Educación*, 32.
- GUTIÉRREZ GÓMEZ, Ch. (2000) «Televisión y calidad: perspectivas de investigación y criterios de evaluación», in *Zer*, 9.
- GUTIÉRREZ MARTÍN, A. e HOTMANN, A. (2002): *Democracy, multimedia literacy and classroom practice*. Berlin, Mondial Verlag.
- PINTO, M. (2000): *A televisão no quotidiano das crianças*. Porto, Afrontamento.
- PINTO, M. (Coord.) (2005): *Televisão e cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público*. Porto, Campo das Letras.
- PÉREZ-TORNERO, J.M. (2004): *Digital Literacy and Media Education: an Emerging Need: Forum on Digital Literacy*. Portal e-Learningeuropa (www.elearningeuropa.info/index.php?page=-doc&doc_id=4935&doclng=16&menuzone=1) (15-05-05)
- ROSNAY, J. de (2002): «Les risques de l'infopollution», in *Transversales, Science Culture, Nouvelle, 1*, Mai (http://csiweb2.cite-sciences.fr/derosnay/articles/Transversales_infopollution.html) (02-08-05).